

Argumentos de raciocínio prático: uma abordagem modular^{i ii}

Fabrizio Macagno

Docente da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Portugal
fabriziomacagno@hotmail.com

Douglas Walton

Professor Emérito da Universidade de Windsor (UW), Canadá
waltoncrrar@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo comparar as formas atuais de modelar a estrutura inferencial de argumentos de raciocínio prático (baseados em objetivos) e propor uma nova abordagem na qual esta estrutura é considerada de maneira modular. O raciocínio prático não é visto simplesmente como um raciocínio que parte de um objetivo e de um meio para uma ação usando o esquema básico de argumentação; em vez disso, é concebido como uma estrutura complexa de inferências classificatórias, avaliativas e práticas, formalizada como um agrupamento de três tipos de esquemas de argumentação distintos e interligados. Usando dois exemplos reais, mostramos como a aplicação dos três tipos de esquemas a um conjunto de raciocínio prático permite que a/o analista reconstrua as premissas tácitas pressupostas e avalie as etapas de raciocínio argumentativo envolvidas. Esta abordagem será apresentada de modo a superar as limitações dos modelos de argumentos de raciocínio prático existentes nos quadros teóricos de BDI (Belief – Desire – Intention) e de Comprometimento, ao fornecer uma ferramenta útil para a Análise do Discurso e outras disciplinas. Especificamente, a aplicação deste método revela o papel crucial da classificação no raciocínio prático, mostrando como a ordenação de valores e de preferências consiste em apenas uma das possíveis áreas de desacordo profundo.

Palavras-chave: Argumentação deliberativa. Raciocínio prático. Esquemas argumentativos. Tomada de decisão.

ⁱ A Revista EID&A agradece vivamente a Frans van Eemeren, diretor da revista *Argumentation* pela autorização da publicação desta tradução do original “Practical Reasoning Arguments: A Modular Approach”, In: **Argumentation**, v. 32, n. 4, 2018. DOI: 10.1007/s10503-018-9450-5. Agradece, igualmente, a Fabrizio Macagno pela mediação junto à Editora Springer e à revista *Argumentation*.

ⁱⁱ Os autores gostariam de agradecer a Albert Jaeger pelos problemas levantados acerca da aplicação dos esquemas, que resultou neste texto. Fabrizio Macagno gostaria de agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelos fundos de pesquisa n.º. IF/00945/2013, PTDC/IVC-HFC/1817/2014, e PTDC/MHC-FIL/0521/2014. Douglas Walton gostaria de agradecer a *Social Sciences and Humanities research Council of Canada* pelo *Insight Grant* 435-2012-0104.

Practical Reasoning Arguments: A Modular Approach

Fabrizio Macagno

Universidade Nova de Lisboa, Portugal
fabriziomacagno@hotmail.com

Douglas Walton

University of Windsor, Canadá
waltoncrrar@gmail.com

Abstract: This paper compares current ways of modeling the inferential structure of practical (goal-based) reasoning arguments, and proposes a new approach in which it is regarded in a modular way. Practical reasoning is not simply seen as reasoning from a goal and a means to an action using the basic argumentation scheme. Instead, it is conceived as a complex structure of classificatory, evaluative, and practical inferences, which is formalized as a cluster of three types of distinct and interlocked argumentation schemes. Using two real examples, we show how applying the three types of schemes to a cluster of practical argumentation allows an argument analyst to reconstruct the tacit premises presupposed and evaluate the argumentative reasoning steps involved. This approach will be shown to overcome the limitations of the existing models of practical reasoning arguments within the BDI and commitment theoretical frameworks, providing a useful tool for discourse analysis and other disciplines. In particular, applying this method brings to light the crucial role of classification in practical argumentation, showing how the ordering of values and preferences is only one of the possible areas of deep disagreement.

Keywords: Deliberative argumentation. Practical reasoning. Argumentation schemes. Decision-making.

Introdução

Sabe-se, de longa data, que a representação dos argumentos usados para justificar um curso de ação consiste em uma questão que envolve discussões complexas em áreas do conhecimento como a lógica e a filosofia moral. A própria definição do que vem a ser um argumento de raciocínio prático é controversa na filosofia (MILLGRAM, 2001), uma vez que deliberar “racionalmente sobre fins” (ou “raciocinar com vistas a um fim”, ver Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1139a32-33) envolve diferentes possibilidades do que é considerado como “racional” – e como “preferível” ou “melhor que” (TEMKIN, 2012, 2013, 2014). Controvérsias similares abrangem a que “deliberar” (RICHARDSON, 1997, p. 22-23) ou “fim” (SEGERBERG, 1984) se referem.

Na teoria da argumentação, esse tipo de raciocínio assume importância crucial quando expresso como um argumento que justifica uma decisão. A reconstrução e a avaliação das premissas tácitas de argumentos práticos apresentam implicações práticas fundamentais na argumentação deliberativa. Nesse âmbito, direciona-se o foco sobre a razoabilidade dos argumentos práticos e sobre seus fundamentos, isto é, as razões apresentadas pelos oradores em apoio a uma recomendação para agir. Nessa perspectiva, considera-se que os argumentos práticos estejam ancorados em inferências argumentativas que partem de objetivos e de valores para chegar a uma escolha e a uma recomendação de ação, pressupondo a determinação do que é bom ou melhor e do que pode ser considerado como instanciação de um valor ou de uma preferência específica. A representação e a formalização da dimensão explícita e tácita dos argumentos práticos são de importância central para revelar as fontes de desacordos profundos (MUIR, 1993; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; FAIRCLOUGH, 2013), investigar e abordar os conflitos de opiniões (PERELMAN, 1968) e desenvolver protocolos de interação para diálogos sobre ações propostas para uso em inteligência artificial (ATKINSON et al., 2006).

No âmbito da inteligência artificial, da teoria da argumentação e da análise do discurso, o modelo abstrato de argumento utilizado para fins de reconstrução e de avaliação tem sido comumente configurado como um esquema argumentativo – denominado argumento do raciocínio prático

(WALTON et al., 2008, p. 94-95). Em sua versão mais genérica, amplamente compartilhada pelas teorias da argumentação, o esquema apresenta o seguinte conjunto abstrato de premissas e conclusão (BROCKRIEDE; EHNINGER, 1963; CLARKE, 1979; WALTON, 1990; 1992, p. 89-90; 2015; GRENNAN, 1997, p. 163-165; BRUN; BETZ, 2016; HITCHCOCK, 2017):

Esquema de Argumentação 1: Raciocínio Prático Instrumental Básico

Premissa 1	Agente A tem um objetivo O
Premissa 2	Realizar a ação B é um meio de alcançar O
Conclusão	Portanto, A deve proceder à ação B

Este esquema se tornou uma das referências mais importantes tanto para modelos teóricos quanto para análises práticas de argumentos deliberativos na teoria da argumentação (ver, por exemplo, HITCHCOCK, 2017, p. 245-246) e na análise do discurso (ver, por exemplo, FAIRCLOUGH, 2013). Suas principais vantagens consistem em sua dimensão analítica – orientando a recuperação das premissas pressupostas pelo falante – e seu aspecto avaliativo – fornecendo critérios para a avaliação dialética de argumentos práticos com base em uma lista de perguntas críticas (MARCH, 1991; WALTON et al., 2008, p. 94-98).

No entanto, este esquema argumentativo apresenta três limitações cruciais. No nível teórico, foram identificados dois problemas relativos à representação das razões para aceitar ou discordar de uma proposta. Em primeiro lugar, o esquema não inclui considerações de valor, ignorando o fato de que um objetivo ou uma proposta podem ser acordados por diferentes razões, com base em valores distintos (ATKINSON et al., 2006, p. 164-165). Em segundo lugar, uma proposta é baseada em uma avaliação ou classificação das circunstâncias disponíveis, uma vez que é apresentada em resposta a um estado-de-coisas específico (WALTON et al., 2016). Este aspecto não é considerado no esquema argumentativo, de modo que este não pode ser acionado para examinar as possíveis divergências resultantes de diferentes julgamentos ou avaliações de um estado-de-coisas (GREENWOOD et al., 2003). O terceiro problema se encontra no nível da análise e consiste na falta de correspondência entre o esquema abstrato e os argumentos reais. Estes são

complexos, caracterizados por premissas implícitas e comumente envolvem mais de um padrão de raciocínio. Um único esquema não é capaz de apreender a sua complexidade, deixando de revelar pressupostos implícitos que podem ser fontes do desacordo.

Para abordar esses problemas, analisamos e comparamos, neste artigo, as descobertas oriundas de modelos filosóficos e argumentativos de deliberação racional (VON WRIGHT, 1972; RAZ, 1978, 2011; WALTON, 2015) e as formalizações de raciocínio prático desenvolvidas em inteligência artificial (MARCH, 1991; RUSSELL; NORVIG, 1995; BENCH-CAPON, 2003a; ATKINSON; BENCH-CAPON, 2007). Com base nas ideias desenvolvidas nesses diferentes modelos, investigaremos a estrutura dos argumentos deliberativos, indicando como um curso de ação pode ser justificado ou argumentado de diferentes maneiras e em diferentes níveis.

Nosso objetivo é propor uma nova abordagem modular para tratar de argumentos de raciocínio prático, capaz de revelar como o esquema instrumental básico é circundado por esquemas avaliativos e classificatórios suplementares, formando uma complexa estrutura de raciocínio, um conjunto de argumentos interligados entre si. Mais especificamente, descreveremos como seis tipos de esquemas argumentativos (os blocos de construção ou “módulos” de nossa análise) são combinados para modelar o raciocínio prático de forma mais detalhada, permitindo que o uso de premissas implícitas, pressupostas na avaliação das etapas implícitas de raciocínio, sejam explicitadas. Essa estrutura pode ser representada visualmente como um diagrama de argumentos, mostrando como os argumentos que instanciam os esquemas são combinados para levar a uma conclusão definitiva a partir de uma sequência conectada de argumentos.

Esta abordagem analítica visa a aprofundar e a otimizar a avaliação da argumentação de raciocínio prático. Ao distinguir os diferentes tipos de argumentos implícitos em um determinado conjunto de argumentos que sustenta uma proposta de ação, torna-se possível, desvelar seus aspectos mais críticos, comumente mal avaliados (MARCH, 1991). Para fazer isso, mostramos como os principais argumentos dessas categorias podem ser identificados e de como seus pontos fracos podem ser indicados por meio de um conjunto de perguntas críticas correspondentes a cada esquema presente

no módulo. Ao apontar essas lacunas, torna-se possível detectar quando uma decisão proposta é baseada em uma versão heurística simplificada de um módulo específico que negligencia perguntas críticas, qualificações necessárias e pressuposições não compartilhadas.

1 O Raciocínio Prático na Argumentação Deliberativa

A análise da estrutura da argumentação deliberativa e da avaliação de argumentos práticos tem se tornado crucial, especialmente nos campos da ciência política, da análise crítica do discurso, da argumentação e da educação. Na ciência política, considera-se que a argumentação deliberativa seja o cerne da democracia, uma vez que as decisões democráticas se ancoram na argumentação e devem ser justificadas por argumentos (ELSTER, 1998, p. 9). Nessa perspectiva, considera-se que a argumentação é destinada à “transformação de preferências”. Como afirma Elster (1998, p. 7):

[...] argumentar visa à transformação de preferências. Eu também afirmei que grande parte da argumentação envolve questões factuais. Estas declarações não são inconsistentes entre si. Os indivíduos têm preferências fundamentais sobre os fins últimos e preferências derivadas sobre os melhores meios para realizar esses fins; a lacuna entre os dois é preenchida por crenças factuais sobre as relações meio-fim. Argumentos que afetam essas crenças também afetarão as preferências derivadas.

Este excerto de Elster traz à tona o foco da argumentação deliberativa sobre as fontes de desacordo, que podem ser interpretadas como conflitos de valores (preferências sobre fins últimos) e conflitos de opiniões sobre relações (factuais) de meio-fim. Essas duas dimensões de desacordo estão inter-relacionadas, como ações sobre o que fazer para “mapear os valores em termos de causa e efeito” (DRYZEK, 2012, p. 94).

Meios consistem em ações que são avaliadas de acordo com hierarquias de valores e que resultam em efeitos colaterais diretos e indiretos, cujo julgamento depende das preferências individuais. Valores e crenças factuais não são os únicos componentes da argumentação deliberativa. Uma proposta sobre como agir em um conjunto específico de circunstâncias é analisada com base em como esse conjunto é descrito ou, ainda, “enquadrado”. Enquadramento pode ser definido como uma descrição de um estado-de-

coisas orientada por um objetivo, visando a fazer tornar determinadas características mais acessíveis. Nas palavras de Entman (1993, p. 52):

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição de um problema particular, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.

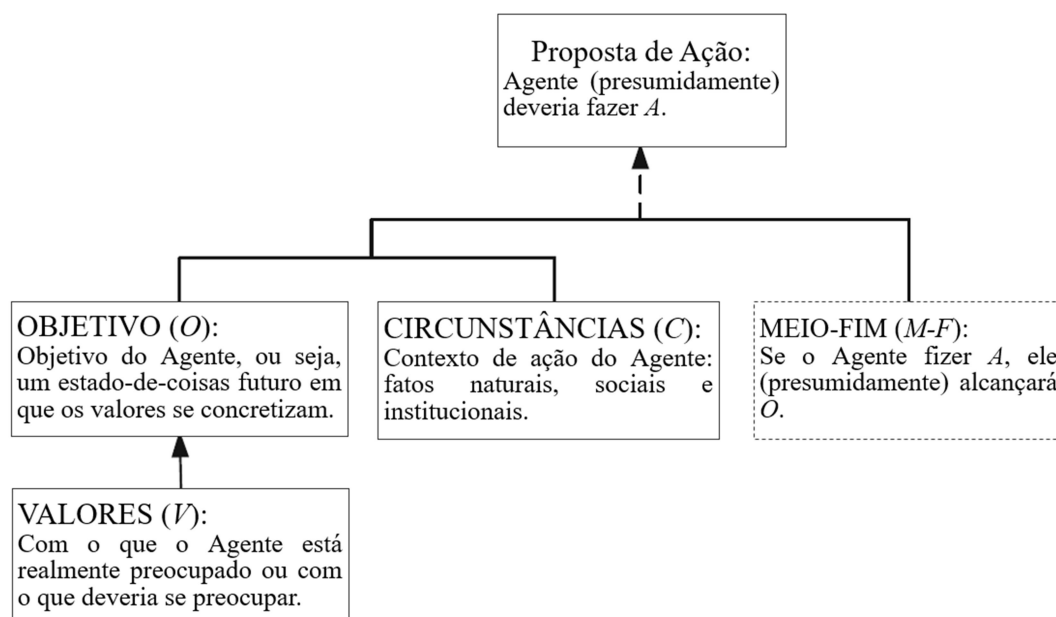
Um juízo de valor sobre uma entidade ou sobre um estado-de-coisas depende das perspectivas a partir das quais eles são vistos (CHONG; DRUCKMAN, 2007, p. 105) ou “definidos” (SCHIAPPA, 2003; WALTON; MACAGNO, 2015a; LINDGREN; NAURIN, 2017). O enquadramento pode alterar a acessibilidade de determinados valores ou considerações, fazendo com que um valor específico ou um conjunto de valores tenha prioridade na opinião de alguém (NELSON; OXLEY, 1999, p. 1043). Por essa razão, a argumentação deliberativa desempenha um papel fundamental na deliberação democrática. Por meio da argumentação, é possível tanto fornecer relatos alternativos e conflitantes dos estados-de-coisa descritos – promovendo, assim, valores alternativos (SNIDERMAN; THERIAULT, 2004) – quanto questionar e desafiar as descrições existentes das circunstâncias e dos valores promovidos por meio delas.

A análise da argumentação deliberativa tem sido o foco de alguns trabalhos basilares na análise crítica do discurso e na teoria da argumentação. Fairclough e Fairclough (2012) apontam como a investigação das diferentes dimensões da argumentação deliberativa (narrativas, explicações, enquadramentos, etc.) só pode ser conduzida levando em consideração os argumentos práticos aos quais elas se integram (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 3). Em sua análise dos argumentos de raciocínio prático (aos quais nos referimos também como “argumentos práticos”), os autores ressaltam o papel crucial do pluralismo de valores e como distintos valores – frequentemente compartilhados pelo mesmo agente – e diferentes hierarquias de valores podem afetar a avaliação de um estado-de-coisas atual, bem como a alegação ou a proposta. Para eles, o raciocínio prático consiste em um tipo de argumento condutivo. Uma conclusão prática é geralmente baseada em diferentes julgamentos sobre um estado-de-coisas, fundamentados em valores de distintos tipos e independentemente

relevantes para a proposta (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 38). Nesse tipo de argumento, chega-se à conclusão comparando as distintas “razões” favoráveis e contrárias com relação à hierarquia de valores do agente.

Esse modelo de raciocínio prático consiste em uma combinação de premissas circunstanciais (envolvendo a seleção e a descrição de fatos) e premissas normativas (valores ou obrigações), levando a uma proposta de ação que corresponda às preocupações do agente (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 42). O modelo abstrato de argumento prático é representado como se apresenta na figura 1 a seguir (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 45):

Figura 1 – Estrutura de argumentos práticos de Fairclough e Fairclough



Esse modelo de análise de argumentos práticos revela o papel crucial exercido pelos valores. Como mencionado acima, os valores estão envolvidos no julgamento da proposta ou do estado-de-coisas futuro desejado, assim como dos meios para alcançá-lo. No entanto, valores também desempenham um papel preponderante na “seleção e descrição das circunstâncias relevantes” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 46). Descreve-se um estado-de-coisas, e as suas características são selecionadas, de acordo com os valores defendidos.

A questão central refere-se, então, ao tratamento, à descrição e à avaliação de argumentos que estão ancorados em valores (ou dimensões avaliativas) distintos e mesmo incompatíveis (KOCK, 2003, p. 158). O desafio é superar a incomensurabilidade valorativa, nomeadamente, a impossibilidade de “ranquear em relação a um denominador comum de valor” os valores conflitantes nos quais os argumentos se baseiam (KOCK, 2007a, p. 236). A solução que propomos se debruça sobre a classificação dos estados-de-coisa, uma vez que, embora os possam ser incomensuráveis em um nível abstrato, os valores podem ser comparados e ranqueados quando aplicados a fenômenos específicos, levando a preferências individuais (KOCK, 2007a, p. 237) que podem ser discutidas. Nesse sentido, a argumentação deliberativa deve ser direcionada para o reconhecimento, para a comparação, para a análise e para a discussão (OLMOS, 2016, p. 15) da interpretação e da descrição dos estados-de-coisa utilizados para argumentar a favor de uma proposta ou contra ela (KOCK, 2003, p. 170; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 32).

A importância da argumentação deliberativa é reconhecida também na educação. Recentemente, a psicologia educacional tem se centrado no estudo das interações argumentativas entre estudantes (RAPANTA et al., 2013; RAPANTA; MACAGNO 2016; SCHWARZ; BAKER, 2016, p. 135), com propósitos tanto de aprender a argumentar quanto de argumentar para aprender (KUHN et al., 2014; ANDRIESSEN et al., 2003; VON AUFSCHNAITER et al., 2008). No entanto, como Felton e colegas ressaltam, “embora o diálogo argumentativo possa melhorar o aprendizado do conteúdo e a qualidade dos argumentos em questões sociocientíficas, os benefícios são mediados pelos objetivos da tarefa realizada pelos indivíduos enquanto argumentam” (FELTON et al., 2009, p. 433). Nessa perspectiva, concluiu-se que a argumentação deliberativa, considerada como um diálogo argumentativo prático e colaborativo orientado por objetivos, é aquela que gera os melhores efeitos tanto na compreensão e na aprendizagem dos alunos quanto na qualidade de seus argumentos, que eram mais completos, mais focados em evidências (FELTON et al., 2009, p. 433; GARCIA-MILA et al., 2013; GOLDBERG; SCHWARZ, 2016; SCHWARZ; BAKER, 2016, p. 187), dotados de diferentes tipos de refutação, incluindo as mais aprofundadas e meta-dialógicas (MACAGNO et al., 2015; MAYWEG-PAUS et al., 2016).

O enquadramento teórico da argumentação deliberativa conduz à reflexão sobre alguns aspectos importantes e problemáticos dos modelos apresentados para representar argumentos práticos. Em primeiro lugar, os argumentos práticos não podem ser reduzidos a uma conclusão prática (uma proposta como “Ação X deve ser executada”) garantida por uma premissa de objetivo (“O agente pretende perseguir o objetivo O”) e por condições suficientes ou necessárias para isso (“Se o Agente fizer a ação X, ele alcançará o objetivo O”). Para dar conta do pluralismo de valores (e as meta-discussões sobre os valores subjacentes aos argumentos práticos), faz-se necessário levar em consideração como os meios e as consequências são avaliados e como um estado-de-coisas é descrito. Como Fairclough & Fairclough (2012) destacam, descrições específicas de um estado-de-coisas podem justificar a busca por um objetivo específico e a escolha de um meio específico para isso (ver também WALTON et al., 2016). Em segundo lugar, a fim de comparar os valores e as descrições de estados-de-coisas envolvidos em argumentos práticos conflitantes e deduzir meta-discussões, é necessário investigar como as descrições, os valores e a argumentação das relações meio-fim estão relacionados. Por fim, para fomentar as meta-discussões críticas na argumentação deliberativa, mostra-se proveitoso identificar as condições de refutabilidade dos diferentes componentes dos argumentos práticos.

Esses problemas levam a desafios específicos relacionados à representação da justificativa interna de uma proposta (excluindo de nossa preocupação as justificativas externas, como o uso do poder ou autoridade; ver FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 14). Argumentos práticos são caracterizados por classificações implícitas (descrições do estado-de-coisas), avaliações (julgamentos de estados-de-coisas) e apreciações sobre os meios disponíveis para atingir o objetivo pretendido. A fim de detectar as possíveis áreas de comparação e de desacordo, é necessário reconstruir o que não está expresso na argumentação, para que o ouvinte possa discriminar se discordâncias podem surgir em relação a valores, a julgamentos de valor, a descrições de estados-de-coisas ou ainda a seleção dos meios disponíveis. Para reconstruir as premissas implícitas de um argumento, é relevante representar o(s) esquema(s) argumentativo(s) que garante(m) a conclusão apoiada (VAN EEMEREN; GROOTENDORST, 1992; WALTON; REED, 2005; WALTON, 2008;

VAN EEMEREN, 2015; WALTON; MACAGNO, 2016, MACAGNO; WALTON, 2017). Por essas razões, emergem os seguintes problemas de pesquisa:

1. Como é possível representar os vários tipos de inferência e os esquemas argumentativos envolvidos em argumentos práticos?
2. Como podemos avaliar dialeticamente as dimensões explícita e implícita dos argumentos práticos?

Para abordar essas questões, começamos por introduzir uma perspectiva teórica e filosófica que pode ser usada para investigar a argumentação deliberativa e analisar argumentos práticos. Assim, na seção 2, apresentamos, primeiramente, as duas abordagens filosóficas mais importantes para compreender o raciocínio prático: o modelo BDI (Belief – Desire – Intention model) e o modelo de comprometimento, apontando algumas vantagens da segunda. Na seção 3, discutimos os esquemas argumentativos ampliados, nos quais a inferência meio-fim é combinada com valores. Em seguida, mostramos como as diferentes dimensões dos argumentos práticos podem ser representadas usando esquemas argumentativos distintos, evidenciando as diferentes inferências e premissas implícitas e explícitas. Por fim, nas seções 8 e 9, mostramos como os diferentes esquemas argumentativos podem ser combinados como blocos de construção para representar a estrutura complexa de argumentos práticos (reais), desvelando as dimensões classificatória e avaliativa implícitas.

2 Quadro Teórico: o modelo BDI e o modelo de Comprometimento

A questão teórica mais ampla concernente à análise e à avaliação do raciocínio prático como um tipo de argumentação que pode ser identificado como dotado de uma estrutura precisa diz respeito à utilização do termo ‘intenção’ na premissa maior em vez do termo ‘objetivo’. O modelo BDI, amplamente aceito, vale-se do termo ‘intenção’ (ou de variantes, como ‘vontade’ ou ‘desejo’) em vez de ‘objetivo’ na premissa maior, e de ‘crença’ na premissa menor. Nesse modelo, um agente racional revê suas crenças, seja acrescentando novas crenças, seja excluindo as antigas, de forma a atualizar seu conhecimento à medida que novas informações se tornam disponíveis, utilizando-se de crenças sobre suas circunstâncias externas para buscar meios de realizar seu objetivo.

A visão tradicional do modelo BDI é ancorada na atribuição de intenções a agentes com base em outras intenções e crenças sobre conexões causais, que foi expressa – e criticada (STOUTLAND, 2010) – por von Wright (1963, p. 165; 1972, p. 45) na seguinte forma de inferência prática:

Premissa 1	X tem a intenção de tornar verdade que <i>E</i> (por exemplo, <i>tornar a cabana habitável</i>)
Premissa 2	Ele acredita que, a menos que X faça <i>A</i> (por exemplo, <i>aqueça a cabana</i>), ele (ou seja, X) não atingirá <i>E</i>
Conclusão	Portanto, X tem a intenção de fazer <i>A</i> (por exemplo, <i>aquecer a cabana</i>)

Esse esquema é ainda mais detalhado pela distinção entre tipos particulares de meios voltados para um fim, a saber: o esquema “necessário”, o “produtivo” e o “necessário e produtivo” (VON WRIGHT, 1963, p. 165-166; ver também VON WRIGHT, 1972, p. 45):

Um dos tipos de esquema envolve a relação entre um ato e suas conseqüências. Se fazer *p* produz um estado-de-coisas *q*, diferente de *p*, e se *q* é um fim da ação humana, então o fazer de *p* é um meio para esse fim. O outro tipo é uma relação entre atos e seus requisitos causais. Se a produção de um estado-de-coisas *q* requer fazer *p*, e se *q* é o fim da ação humana, então fazer *p* é um meio para esse fim. Chamarei os meios do primeiro tipo de meios produtivos, e os meios do segundo tipo de meios necessários. Um meio para um fim pode ser, ao mesmo tempo, produtivo e necessário. Quando este é o caso, dizemos que os meios são os únicos meios para o fim em questão.

Essa inferência prática foi desenvolvida em outras abordagens por meio da introdução de fatores adicionais (AUDI, 2006, p. 65), tais como a consideração do tempo (fazer *X* sem exceder o tempo *t_i*) ou possíveis variantes externas (*X* pretende/prepara-se para fazer *A* a menos que seja impedido). A característica desse padrão consiste em seu caráter derrotável, o que significa que a intenção de executar uma ação é consistente apenas com as premissas declaradas, e não com um conjunto expandido – incluindo, por exemplo, outros propósitos (ROBINS, 1984a, p. 66).

Filósofos analíticos tradicionais continuam a usar a perspectiva teórica do BDI para modelar o raciocínio prático. Alguns pesquisadores influentes em inteligência artificial também seguiram esse caminho, advogando e adotando um modelo BDI no qual os agentes que raciocinam para atingir suas intenções

coletivas baseiam suas ações em percepções que atualizam suas crenças. Aqueles que seguem o modelo BDI em seus trabalhos sobre raciocínio prático em inteligência artificial, incluindo Bratman (1987), Bratman et al. (1988), Paglieri e Castelfranchi (2005) e Wooldridge (2009), adotaram um modelo de pensamento racional como um procedimento no qual um agente possui um conjunto de crenças que estão sendo continuamente atualizadas pelo estímulo sensorial advindo de seu ambiente e um conjunto de desejos que são avaliados para formar intenções.

A abordagem teórica alternativa para o raciocínio prático é o modelo de Comprometimento, no qual os agentes interagem uns com os outros verbalmente em uma estrutura dialógica na qual cada um contribui com atos de fala (WALTON; KRABBE, 1995; VAN EEMEREN; GROOTENDORST, 2004). Cada parte tem um conjunto de compromissos contendo as proposições que aceitou, a julgar por seus atos de fala no diálogo anterior. À medida que cada movimento é realizado, os compromissos são inseridos ou retirados de cada conjunto, de acordo com as regras de compromisso, a depender do tipo de movimento que cada um faz. Um compromisso do tipo mais simples e básico consiste na proposição que um agente tenha reconhecido como aceita (HAMBLIN, 1970; 1971). Na abordagem baseada em compromisso, o raciocínio prático é modelado sob o formato de diálogo usando um esquema argumentativo com um conjunto de perguntas críticas que estão de acordo com o esquema.

O modelo BDI e o modelo de Comprometimento são combinados em diversas teorias filosóficas, levando a algumas representações formais comuns do raciocínio prático na filosofia. A conclusão do raciocínio prático não é necessariamente entendida como uma ação, mas como uma disposição para agir (VON WRIGHT, 1963, p. 169), mais especificamente, para iniciar uma ação com uma determinada intenção (STOUTLAND, 2010, p. 593). De acordo com essa abordagem, a explicação teleológica (que atribui intenções aos agentes) é a conclusão da inferência. Seguindo essa abordagem mista, considera-se o raciocínio prático como uma inferência de um compromisso com uma intenção para um compromisso com uma ação (AUDI, 2004, p. 126-128; 2006, p. 75):

1. uma premissa motivacional (propósito), representando o compromisso com uma intenção de perseguir um determinado fim (*Eu quero x*);
2. uma premissa instrumental (cognitiva), ligando um fim aos meios para tal (*fazer A contribuiria para a realização de x*); e
3. uma conclusão prática, expressando um compromisso com uma ação (*eu deveria fazer A*).

Essa estrutura básica, no entanto, deve variar a depender do conteúdo da premissa instrumental (cognitiva).

Uma diferença fundamental entre o modelo de Comprometimento e o modelo BDI reside no fato de que desejos e crenças são noções psicológicas internas a um agente, enquanto compromissos são declarações externamente aceitas por um agente em um diálogo (HAMBLIN, 1970). A principal dificuldade de se trabalhar com o modelo BDI como uma ferramenta de argumentação a ser aplicada à análise e à avaliação do raciocínio prático se deve à complexidade de saber ou mesmo de supor quais são as crenças ou os desejos de outra pessoa com quem se está interagindo. Em contraste, o modelo de Comprometimento leva em consideração apenas o que os interlocutores podem ser responsabilizados, com base no que eles disseram, fizeram ou pressupuseram nos movimentos anteriores. Compromissos são, portanto, diretamente acessíveis a partir da interpretação da evidência textual (STALNAKER, 1984, p. 79-80; GEURTS, 1999, p. 4; GEURTS, 2017; MACAGNO, 2017), sem investigar os possíveis estados mentais do agente. Compromissos são apenas indiretamente relacionados a crenças, uma vez que um falante pode se comprometer com um conteúdo p sem acreditar que seja verdadeiro, ou comprometer outra pessoa (apresentando uma proposição como comumente aceita), embora aquele falante possa não saber se as pessoas acreditam ou não, de fato, em p (BEYSSADE; MARANDIN, 2009).

O modelo BDI é mais apropriado para a psicologia, área em que intenções, crenças, motivações, desejos e outras fontes internas de ação constituem a preocupação central. O modelo de Comprometimento apresenta a vantagem de ser uma abordagem mais puramente lógica, que não precisa se preocupar diretamente com a determinação das motivações e das crenças

psicológicas de um agente. No restante deste artigo, será adotada a abordagem de Comprometimento; no entanto, na maioria dos casos, também é possível utilizar o modelo BDI de raciocínio prático, se essa for a preferência do leitor. Como as duas abordagens se relacionam consiste em um problema ainda não resolvido. Delimitar uma distinção precisa entre aceitação e crença provou ser difícil, especialmente por haver pouca concordância básica na filosofia analítica sobre como definir “crença” (ENGEL, 2000).

3 Esquemas argumentativos para o raciocínio prático instrumental

As abordagens sobre o raciocínio prático discutidas na seção acima evidenciam os diferentes fatores que devem ser considerados na representação de um argumento prático. A complexidade dessa tarefa é dupla: por um lado, como sublinham os modelos BDI, uma proposta pode ser justificada com base em diferentes tipos de inferências. Consequentemente, é preciso distinguir os esquemas de raciocínio prático (esquemas necessários, esquemas produtivos, e esquemas necessários e produtivos) dos demais esquemas que também justificam propostas, a saber o esquema de razões suficientes e o esquema a partir de regras. Por outro lado, justificar uma proposta envolve outros fatores além da relação meio-fim. Conforme os modelos de argumentação deliberativa pontuam, os valores e as classificações dos estados-de-coisa (necessários para a avaliação de objetivos, de meios e de alternativas possíveis) precisam ser levados em consideração.

Para incluir essas distinções e elementos no modelo de Comprometimento, utilizaremos diferentes padrões argumentativos, denominados esquemas argumentativos (WALTON, *et al*, 2008; MACAGNO; WALTON, 2015; WALTON; MACAGNO, 2015b), como o Esquema 1 para o raciocínio prático instrumental básico apresentado na Introdução. Esquemas argumentativos consistem em padrões inferenciais abstratos, nos quais uma conclusão é justificada com base em uma relação inferencial específica (nomeadamente lógica e material) e avaliada dialeticamente por meio de um conjunto de perguntas críticas. Esquemas argumentativos são capazes de capturar os diferentes tipos e aspectos dos esquemas que justificam uma proposta, trazendo à luz suas diferentes dimensões.

A primeira dimensão é a justificação racional de uma proposta sobre o que fazer (curso de ação) (KOCK, 2007b, p.94). Com base nas abordagens BDI sobre o raciocínio prático mencionadas na seção 2, podemos distinguir três esquemas argumentativos, a saber: o esquema do raciocínio prático, o esquema a partir de consequências e o esquema a partir de regras. O argumento de raciocínio prático representa a fase deliberativa da tomada de decisão (WESTBERG, 2002, p.165), especificamente a escolha de um curso de ação em um contexto de incerteza (em outras palavras, quando os meios para atingir um objetivo são duvidosos). Quando há operações previamente definidas para alcançar fins específicos (como aquelas que constituem o ato de escrever ou de dirigir), ou quando os meios não afetam o resultado – ou não o fazem de forma significativa –, não há necessidade de deliberar. Entretanto, em alguns casos, os meios são incertos ou não está evidente quais seriam os melhores meios para atingir um objetivo.

A distinção entre meios necessários (ou constitutivos) e produtivos pode ser representada no âmbito do modelo de Comprometimento em dois subesquemas diferentes do argumento de raciocínio prático mencionado na Introdução. No primeiro caso, o argumento apresenta a seguinte estrutura (adaptado de WALTON et al, 2008, p. 94-95):

Esquema argumentativo 1a:

Raciocínio prático instrumental com condição necessária

Premissa de objetivo	O objetivo do agente A é causar O
Premissa de alternativas	A considera racionalmente a informação dada de que suscitar ao menos uma das alternativas do conjunto $[B_0, B_1, \dots, B_n]$ é necessário para alcançar O
Premissa de seleção	A selecionou uma alternativa B_i como condição aceitável ou como a condição necessária mais aceitável para O
Premissa de praticabilidade	Nada imutável impede que A suscite B_i até onde A saiba
Conclusão	Consequentemente, A deve realizar a ação B_i

Nesse esquema, o agente precisa agir de um modo específico (de acordo com as alternativas possíveis) se ele deseja que o estado-de-coisas ocorra. A não ser que ele aja de acordo com uma das alternativas possíveis, o estado-de-

coisas desejado não será alcançado. Nesse ponto, ele precisa escolher se levará a cabo tais meios ou não, avaliando-os. Um tipo diferente de raciocínio é o esquema de suficiência (adaptado de WALTON et al., 2008, p.96):

Esquema argumentativo 1b:

Raciocínio prático instrumental com condições suficientes

Premissa de objetivos	O objetivo do agente A é causar O
Premissa de alternativas	A considera racionalmente a informação dada de que qualquer alternativa do conjunto $[B_0, B_1, \dots, B_n]$ é suficiente para causar O
Premissa de seleção	A selecionou uma alternativa B_i como condição aceitável ou como a condição suficiente mais aceitável para causar O
Premissa de praticabilidade	Nada imutável impede A de suscitar B_i até onde A saiba
Conclusão	Consequentemente, A deve realizar a ação B_i

Nesse padrão, o paradigma das possíveis causas eficientes para o estado-de-coisas desejado se mantém em aberto. Por isso, os dois padrões apresentam diferentes critérios de avaliação. No esquema das condições necessárias, o agente precisa avaliar se agir é mais desejável do que não agir, isto é, se a qualidade da ação é superior à qualidade da situação caracterizada pela não promoção do estado-de-coisas desejado. No esquema de suficiência, o agente deve avaliar a ação em si mesma, e não pode justificá-la apenas com base em seus fins (que poderiam ser perseguidos de outra forma). O esquema genérico pode ser avaliado por meio das seguintes perguntas críticas:

PC ₁	Há outros meios de realizar O além de $[B_0, B_1, \dots, B_n]$? [Pergunta dos Meios Alternativos]
PC ₂	B_i é uma alternativa aceitável (ou é a melhor alternativa)? [Pergunta da Opção Aceitável/ da Melhor Opção]
PC ₃	É possível para o agente A fazer B_i ? [Pergunta da Possibilidade]
PC ₄	Há efeitos colaterais negativos de A fazer B_i que deveriam ser considerados? [Pergunta dos Efeitos Colaterais Negativos]
PC ₅	A possui outros objetivos, além de O, que poderiam entrar em conflito com a realização de O por A? [Pergunta dos Objetivos Conflitantes]

O segundo argumento que pode ser utilizado para que se tome uma decisão sobre o modo de agir é baseado no raciocínio a partir das consequências de uma ação para a sua desejabilidade. O esquema pode ser representado da seguinte forma (WALTON et al., 2008, p. 332):

Esquema argumentativo 2: Esquema a partir de consequências

Premissa 1	Se o Agente A efetivar B (ou não), então ocorre C
Premissa da consequência negativa	C é um resultado negativo (do ponto de vista dos objetivos de A), e resultados negativos devem ser evitados pela não efetivação de suas causas
Premissa da consequência positiva	C é um resultado positivo (do ponto de vista dos objetivos de A), e resultados positivos devem ser <i>perseguídos</i> pela efetivação de suas causas
Conclusão	Consequentemente, B deveria/não deveria ser efetivado (em termos práticos)

Nesse caso, o esquema pode ser avaliado por meio das seguintes perguntas críticas:

PC ₁	Quão alta é a probabilidade de que as consequências citadas ocorram?
PC ₂	Que evidências apoiam a alegação de que as consequências citadas irão (poderão, deverão) ocorrer? Elas são suficientes para sustentar a força da alegação de forma adequada?
PC ₃	Há outras consequências opostas (negativas em oposição a positivas, por exemplo) que deveriam ser levadas em conta?

O último esquema argumentativo para a justificação de uma ação é o argumento a partir de regras. Tal esquema é baseado na classificação de um estado-de-coisas ou de um Agente (A) sob uma categoria genérica X, para a qual um curso de ação já foi estabelecido. Segue a representação do argumento (WALTON et al., 2008, p. 343):

Esquema argumentativo 3: esquema a partir de regras

Premissa maior	Se a realização de tipos de ações que incluam o estado-de-coisas B é a regra estabelecida para X, então (a não ser que se trate de um caso de exceção), X deve realizar B
Premissa menor	Realizar tipos de ações que incluam o estado de-coisas B é a regra estabelecida para A, que se encaixa em X
Conclusão	Consequentemente, B deve ser realizado

As seguintes perguntas críticas estão associadas a esse esquema:

PC ₁	A regra requer que se proceda a determinados tipos de ações que incluam B como uma instância?
PC ₂	A se encaixa na categoria X?
PC ₃	Há outras regras estabelecidas que possam entrar em conflito com ou se sobrepor a esta?
PC ₄	Esse caso é excepcional, isto é, há circunstâncias atenuantes ou licenças para a não obediência?

Analisando esses esquemas, notamos uma diferença crucial entre os esquemas de raciocínio prático e a partir de consequências, por um lado, e os esquemas a partir de regras, por outro. O esquema a partir de regras consiste na aplicação de uma regra a um estado-de-coisas com determinadas características – mais especificamente, a um estado-de-coisas que é classificado de uma determinada maneira. Os dois primeiros esquemas, por sua vez, pressupõem uma avaliação do curso de ação. No raciocínio prático, dois fatores precisam ser avaliados, a saber: (1) a alta desejabilidade da ação escolhida frente às ações alternativas no que se refere à busca do mesmo objetivo (raciocínio prático); e (2) a desejabilidade da ação no que se refere ao objetivo e aos seus efeitos. No esquema a partir de consequências, apenas o fator (2) é considerado. Em ambos os esquemas, as condições de refutabilidade e os eventuais ataques podem se voltar para a avaliação das alternativas ou das premissas. O esquema a partir de regras pode ser suplantado ou enfraquecido simplesmente assumindo um outro sistema de regras também aplicável. Uma conclusão pode ser enfraquecida ou suplantada, mostrando-se que o estado-de-coisas pode ser descrito de outro modo, ou que se encaixa em um caso de circunstâncias atenuantes ou de regras em conflito (A se encaixa sob a circunstância atenuante E/está em conflito com a regra X', então B não deve ser realizado).

Tanto o esquema do raciocínio prático quanto o esquema a partir de consequências pressupõem uma avaliação de um estado-de-coisas que pode ser realizado apenas pela pressuposição de uma hierarquia de valores. A representação dessa dimensão avaliativa pode ser conduzida por duas estratégias distintas. Uma primeira possibilidade consiste em incluir a avaliação (ou preferência) como uma das variáveis do esquema, e,

consequentemente, contabilizar assim o resultado da avaliação. A segunda opção consiste em representar o processo de avaliação, trazendo à luz as razões (nomeadamente os valores e as hierarquias) subjacentes à avaliação. Discutiremos os limites da primeira opção na seção 4 abaixo. Na seção 5, ilustraremos a segunda estratégia, suas vantagens e consequências -- em particular, a modificação da estrutura analítica utilizada para a representação de argumentos ligados à tomada de decisão.

4 Raciocínio prático baseado em valores

As formas de raciocínio ilustradas na seção 3 conectam o compromisso em relação a um objetivo e aos meios para atingi-lo ao compromisso concernente a uma ação. Entretanto, a inferência que garante a transmissão dos compromettimentos, tanto no esquema necessário quanto no produtivo, pode ser problemática. No primeiro caso, decorre das premissas que, se há uma ação disponível cuja performance é necessária para alcançar um objetivo, o agente deveria realizá-la (lógica de satisfação). No segundo caso, as premissas apoiam a performance de uma ação que é apresentada como suficiente para a realização do objetivo (RAZ, 1978, p.9).

Ambos os tipos de raciocínio podem levar a consequências irrazoáveis sem um critério de avaliação mais amplo do que a mera consideração da relação meio-fim. A lógica de satisfação (referente ao esquema de necessidade) resulta em um agente se comprometendo com meios impossíveis simplesmente porque estes são os meios necessários para se atingir um determinado objetivo (ROBINS, 1984b, p.155). Tanto a lógica de satisfação quanto a satisfatoriedade resultam no problema de se comprometer com meios imorais ou irrazoáveis (SEARLE, 2005, p. 54) pelo simples fato de eles serem necessários ou suficientes para se chegar a um determinado objetivo. Raz (1978, p. 11) aponta esse problema com um exemplo claro:

A suposta principal consequência contra-intuitiva da lógica da satisfatoriedade é que ela leva a um exagero massivo: explodir uma casa é uma maneira de matar uma mosca; logo, quando matar uma mosca é justificável, nós deveríamos explodir a casa. Entretanto, no que se refere a matar a mosca, não há, de fato, nada de errado em explodir a casa. Nós entendemos que isso é absurdo devido às outras consequências negativas dessa ação. Elas nos levam a preferir outros

métodos para nos livrarmos da mosca, que podem nos levar inclusive a decidir aguentar a mosca em vez de explodir a casa, caso não haja nenhuma outra opção de se livrar do inseto.

O problema que surge da transferência de compromissos com base nos esquemas mencionados acima é que as considerações avaliativas e comparativas (que estabelecem a desejabilidade da ação independentemente de sua utilidade para atingir o objetivo) não são levadas em consideração.

Uma possível solução para este problema foi desenvolvida pelo modelo BDI misto. Neste quadro teórico, o possível conflito de razões na transferência de compromissos foi abordado por meio da adição de uma premissa concernente à refutabilidade da razão que apoia o compromisso em relação a uma intenção (RAZ, 2011, p.139) e à refutabilidade da intenção, considerando as razões que a apoiam. Essa premissa intermediária pressupõe uma avaliação com base em todas as circunstâncias relevantes e é expressa pela noção de “melhor meio dentre todos os considerados”¹. Essa premissa adicional está incluída também no modelo BDI a seguir (ver também um esquema semelhante em Inteligência Artificial, desenvolvido por van der Weide et al., 2009, p. 90), que modifica o esquema produtivo ao adicionar as noções de preferência e de suficiência como razões para não realizar os meios (adaptado de Audi, 2006, p. 66):

Esquema produtivo (variante)

Premissa 1	X tem a intenção de tornar verdade que E
Premissa 2	Fazer A é uma maneira de X atingir E sob essas circunstâncias
Premissa 3	Não há outra maneira no momento de atingir E que seja tão ou mais preferível para X do que fazer A
Premissa 4	Não há razões suficientes para X não realizar A sob essas circunstâncias
Conclusão	Consequentemente, X tem a intenção de fazer A

Em uma abordagem baseada no comprometimento, a ideia de preferência é a base dos esquemas de raciocínio prático desenvolvidos para lidar com casos de desacordo em diálogos persuasivos. O raciocínio prático desse tipo é representado como um argumento que objetiva apoiar uma conclusão em um cenário dialético. Consequentemente, a conclusão é uma

¹ N.T.: No original, “best means, all things considered”.

proposta de ação com base em valores que podem ser compartilhados ou não pelo interlocutor (BENCH-CAPON, 2003b, p.447). O esquema de raciocínio prático baseado em valores (VBPR) é representado da seguinte maneira (ATKINSON; BENCH-CAPON, 2007, p.858):

Raciocínio prático baseado em valores

Premissa 1	Nas circunstâncias atuais R
Conclusão	Deveríamos performar a ação A
Premissa 2	Que resultará em novas circunstâncias S
Premissa 3	Que realizarão o objetivo O
Premissa 4	Que promoverá um dado valor V

Esse esquema está associado a uma lista de perguntas críticas, representadas da seguinte forma:

PC ₁	As circunstâncias consideradas são verdadeiras?
PC ₂	Dadas as circunstâncias, a ação terá as consequências indicadas?
PC ₃	Dadas as circunstâncias e as consequências indicadas, a ação resultará no objetivo desejado?
PC ₄	O objetivo promove o valor indicado?
PC ₅	Há maneiras alternativas de causar as mesmas consequências?
PC ₆	Há maneiras alternativas de realizar o mesmo objetivo?
PC ₇	Há maneiras alternativas para promover o mesmo valor?
PC ₈	A realização da ação pode acarretar algum efeito colateral que prejudique a promoção do valor?
PC ₉	A realização da ação pode acarretar algum efeito colateral que prejudique a promoção de outros valores?
PC ₁₀	A realização da ação promove algum outro valor?
PC ₁₁	A realização da ação inviabiliza alguma outra ação que promoveria algum outro valor?
PC ₁₂	As circunstâncias descritas são possíveis?
PC ₁₃	A ação é viável?
PC ₁₄	As consequências, do modo como descritas, são possíveis?
PC ₁₅	O objetivo desejado pode ser alcançado?
PC ₁₆	O valor é de fato legítimo?

Os aspectos positivos desse esquema estão ligados ao fato de que ele representa os vários motivos pelos quais uma proposta pode se tornar refutável. Mais especificamente, uma ação A pode ser insuficiente para realizar o objetivo O, devido à relação causal entre A e O (A pode não ter os efeitos previstos) ou ao ordenamento das preferências (A pode gerar consequências menos desejáveis do que O) (ATKINSON et al., 2006, p.200). Além disso, as perguntas críticas possibilitam o julgamento de vários aspectos do raciocínio prático (desde a avaliação dos efeitos colaterais e cursos de ação alternativos até a apreciação do ordenamento das preferências e da possibilidade de se efetivar a ação).

As fraquezas desse padrão estão relacionadas com (1) a inferência representada pelo esquema, (2) a simplificação dos esquemas de raciocínio envolvidos e (3) a complexidade da avaliação realizada por meio das perguntas críticas. As duas primeiras críticas são teóricas e concernem à inferência representada pelo esquema VBPR (1) e a relação entre o raciocínio prático e outros esquemas de raciocínio (2).

Quanto à primeira questão, o esquema baseado em valores não especifica nenhuma premissa condicional a partir da qual é possível chegar a uma conclusão; conseqüentemente, assemelha-se a uma lista de premissas e uma conclusão mais do que a uma conclusão apoiada por premissas por meio de uma razão específica ou de uma conexão justificatória (AUDI, 2006, p. 86). Desse modo, não fica claro se o esquema procede da proposta de ação, cuja avaliação se baseia em suas consequências possíveis, ou da escolha do melhor meio para atingir o objetivo pretendido.

A segunda questão teórica concerne às relações específicas entre circunstâncias, valores, objetivos e ações. Como mencionado anteriormente, o esquema VBPR não deixa evidente a relação inferencial entre objetivos e ações. De maneira similar, ele não especifica como um objetivo pode promover um valor (uma razão para agir considerada pelo agente) e como isso pode afetar a avaliação da ação. Nesse sentido, o esquema não fornece nenhuma relação inferencial na qual a conclusão do argumento pode ser ancorada. As relações inferenciais ficam implícitas e avaliadas ao longo da lista de perguntas críticas, que as pressupõe.

O último aspecto problemático do esquema está relacionado às dimensões teórica e operacional das perguntas críticas. As perguntas não tratam de relações inferenciais; no entanto, avaliam-nas. Em especial, PC5, PC6 e PC7 pressupõem que as consequências são orientadas a atingir um objetivo ou a promover um valor e, acima de tudo, PC7 deixa implícito que a ação é avaliada em comparação com outras ações alternativas. PC8, PC9, PC10 e PC11 tratam da relação entre ações e valores, pressupondo que a ação é avaliada considerando suas consequências diretas e indiretas, bem como os cursos de ação inviabilizados pela ação em pauta. Essas relações pressupostas não são enunciadas na estrutura do argumento e só podem ser imaginadas. A segunda questão relativa à dimensão avaliativa do esquema se refere à funcionalidade de uma lista com 16 perguntas críticas sem uma ordem clara de prioridade, que avalia aspectos distintos e apenas parcialmente relacionados uns aos outros. Essa lista, da forma como é estruturada, fornece critérios detalhados e mesmo exaustivos para atacar uma argumentação (ATKINSON ET AL, 2006; ATKINSON; BENCH-CAPON, 2007), mas não é funcional para avaliá-la, uma vez que as perguntas não estão diretamente relacionadas às relações inferenciais; por conseguinte, não fica claro como elas podem afetar a relação entre as premissas e a conclusão. A partir de um ponto de vista prático, o usuário precisaria analisar todas as questões e aferir todos os potenciais pontos fracos em vez de escolher a estratégia mais efetiva para atacar ou avaliar um argumento.

As fraquezas do esquema VBPR apresentadas enfatizam a importância desse esquema. A ideia de fundir valores com ações permite tratar de um aspecto crucial do raciocínio prático: sua relação com o ordenamento de valores e com a classificação de uma ação ou de um estado-de-coisas em termos dos valores promovidos. No entanto, os problemas apontados no esquema levam à consideração de um modelo alternativo para a representação dos vários fatores envolvidos. Para alcançar esse propósito, representaremos a avaliação de um estado-de-coisas como um tipo de raciocínio distinto, concebendo a representação dos argumentos práticos como uma combinação de esquemas argumentativos distintos, implícitos e explícitos. Na seção 5, ilustraremos os esquemas para a representação do processo avaliativo. Na seção 6, apresentaremos o esquema de classificação

utilizado para o “enquadramento” do estado-de-coisas que será posteriormente avaliado.

5 Avaliando escolhas

A avaliação dos vários meios possíveis para atingir um objetivo pode ser descrita como um tipo de análise baseada na relação entre uma ação e as consequências possivelmente antecipáveis. Um meio precisa ser avaliado pela consideração de suas consequências antecipáveis (bem como seus efeitos desejados e colaterais) (VON WRIGHT, 1963, p. 129-130). Entretanto, seus efeitos pretendidos precisam ser comparados com todas as suas consequências negativas, as quais, ainda que indesejadas, determinarão as preferências entre os meios. Os danos inevitáveis (causados pelas consequências negativas) têm de ser comparados e amenizados, ao passo que os danos evitáveis, de modo geral, devem ser evitados (VON WRIGHT, 1963, p. 131). De acordo com esse critério, o agente, em um esquema necessário, precisa aferir os possíveis prós e contras derivados da pretensão de agir e da performance da ação em si, enquanto, no esquema de suficiência, ele precisa considerar apenas as consequências pretendidas e antecipáveis de seus atos. Por fim, a escolha entre os meios possíveis para realizar um estado-de-coisas desejado precisa ser realizada considerando-se os possíveis danos resultantes de cada opção, bem como as consequências positivas e negativas derivadas da escolha dos meios que tornam o dano mínimo.

Esse tipo de avaliação corresponde a um padrão de raciocínio que conecta ações e objetivos de uma forma diferente do raciocínio prático. Ele procede de uma ação para o seu efeito, avaliando-a como a causa produtiva ou necessária de um estado-de-coisas desejado ou indesejado (RIGOTTI, 2008). Podemos representar esse tipo de raciocínio como uma variação do argumento com base nas consequências mencionado anteriormente, cujo resultado é um julgamento da desejabilidade da ação – pautado no princípio de que “o desejável move o desejo” como sua causa final (AQUINAS, 2003) – e não diretamente uma diretriz (adaptado de WALTON et al., 2008, p. 332):

Esquema argumentativo 4: Esquema a partir de consequências para avaliação

Premissa 1	Se o agente A realizar (ou não) B, então ocorrerá C
Premissa de consequência	C é um resultado bom/ruim (na perspectiva dos objetivos de A)
Premissa de avaliação	Aquilo cuja realização é boa é, em si mesmo, bom, e vice-versa; aquilo cuja destruição é ruim é, em si, bom, e vice-versa (<i>De Topicis Differentiis</i> , 1190A 7-1190B 1)
Conclusão	Consequentemente, B é bom/ruim

Esse esquema pressupõe a avaliação de uma consequência, a qual pode ser considerada em um nível separado de análise no que se refere à relação entre valores e comprometimento.

O esquema argumentativo a partir de consequências, tanto em sua versão prática quanto em sua versão avaliativa, está ancorado na maneira como um agente analisa um estado-de-coisas (uma consequência) e se compromete com a sua deseabilidade. O tipo mais simples de raciocínio subjacente a uma avaliação é o argumento a partir de valores (BENCH-CAPON, 2003a; WALTON ET AL., 2008, p. 321), nomeadamente a classificação de um estado-de-coisas (ou ação) sob um valor, ou uma razão bastante abstrata para agir (WESTBERG, 2002, p. 160). Esse padrão pode ser representado da seguinte forma:

Esquema argumentativo 5: Argumento a partir de valores

Premissa 1	O valor V é positivo ou negativo de acordo com o julgamento de A
Premissa 2	O fato de V ser positivo ou negativo afeta a interpretação e, consequentemente, a avaliação da ação/do estado-de-coisas C que o instanciam (Se o valor V é bom/ruim, ele sustenta/dissuade o comprometimento com C)
Conclusão	V é um motivo para conservar/retirar o comprometimento com C

Por exemplo, ter um caso com uma mulher casada (C) pode ser avaliado de acordo com dois valores em conflito: busca de prazer (neste caso, prazer sexual) e desviar-se do pecado e evitar o vício (neste caso, o adultério). A depender do valor escolhido, a avaliação de C pode ser positiva (C é bom e desejável) ou negativa (C é ruim e indesejável). É certo que a “instanciação” de um valor, nomeadamente a classificação de um estado-de-coisas sob um

motivo para agir (RETÓRICA I, p. 7) ou para preferir uma ação sobre a outra (TÓPICOS, 116a, p. 28-34) pode variar segundo a consideração e a pesagem das várias dimensões do estado-de-coisas e das disposições pessoais (hierarquia de valores) (WESTBERG, 2002, p. 93; ÉTICA A NICÔMACO, 1095a, p. 18-27; TÓPICOS, 115b, p.19-27).²

Essa estrutura de esquemas subjacentes à avaliação das consequências (e, conseqüentemente, das ações) pressupõe, por sua vez, um processo de classificação. Um estado-de-coisas só pode ser avaliado após ter sido classificado. A depender da maneira como o agente decide classificá-lo, a avaliação muda, dado que instanciará um valor diferente. Por esse motivo, a classificação se encontra em um nível mais profundo do raciocínio pressuposto pelo raciocínio prático.

6 Classificando a Realidade

A avaliação dos meios para alcançar um fim e a avaliação das consequências que se buscam ou que se evitam dependem dos fatores que um agente leva em consideração para classificar um determinado estado-de-coisas. Na visão aristotélica, o processo de tomada de decisão é baseado no que se classifica como desejado (ἀρετόν) ou como indesejável (φευκτόν) (ARISTÓTELES, *Topicas* III, 1, 116a 18; ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, 1113a15). A classificação do estado-de-coisas como desejável ou não desejável não consiste em uma operação cognitiva, ou melhor, não consiste apenas em um julgamento puramente intelectual (WESTBERG, 2002, p. 162). Ao contrário, o agente seleciona certos aspectos de um estado-de-coisas complexo, visando classificá-lo sob uma qualidade ou uma categoria específica (SCHIAPPA, 1998;

² “Além disso, um homem de uma determinada disposição contribui, principalmente, pelas coisas correspondentes: os amantes da vitória contribuem para a vitória; os amantes da honra, pela honra; os homens que amam o dinheiro, pelo dinheiro; e assim em diante. Estas, então, são as fontes das quais devemos derivar nossos meios de persuasão sobre o Bem e o Útil” (Aristóteles, *Retórica*, 1363b, 1-5). “Do mesmo modo, também em certos lugares é honroso sacrificar o próprio pai, como entre os Tribalos, ao passo que falando de modo absoluto, isso não é honroso. Ou talvez isso indique uma relatividade não a lugares, mas a pessoas, pois onde quer que elas se encontrem acontece o mesmo. Em toda parte esse ato será considerado honroso entre os Tribalos, simplesmente porque são Tribalos. Mais ainda: em certas ocasiões é uma boa coisa tomar medicamentos, por exemplo, quando se está doente, mas não é assim de modo absoluto.” (Aristóteles, *Tópicos*, 115b, 19-27). N.T.: tradução extraída de: ARISTÓTELES. *Os Pensadores: Aristóteles - Volume 1*. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultura, 1987, p. 78-79.

2003; MACAGNO; WALTON, 2008a), instanciando um valor específico. Podemos representar a classificação do estado-de-coisas (MACAGNO; WALTON, 2009; WALTON; MACAGNO, 2010) como um esquema argumentativo (WALTON; *et al*, 2008, p. 319):

Esquema argumentativo 6: Argumento de classificação

Premissa 1	Se uma coisa particular <i>a</i> pode ser classificada como se enquadrando na categoria verbal <i>P</i> , logo <i>a</i> tem propriedade <i>Q</i> (em virtude de tal classificação)
Premissa 2	<i>a</i> pode ser classificado sob a categoria verbal <i>P</i>
Conclusão:	<i>a</i> tem propriedade <i>Q</i>

Esse esquema pode ser avaliado dialeticamente ao se considerar as circunstâncias da ação que está sob avaliação.

PC ₁ :	Que evidência mostra que <i>a</i> definitivamente se enquadra em <i>P</i> , contrapondo-se a evidências que dariam margem para dúvida sobre tal classificação?
PC ₂ :	<i>a</i> poderia ser classificado de outro modo?

A primeira pergunta crítica indica que é possível que as circunstâncias consideradas sejam apenas uma seleção das relevantes e que considerar outras circunstâncias poderia levar a uma avaliação diferente (BOWLIN, 1999, p. 82). A segunda pergunta crítica diz respeito à escolha da definição, ou melhor, aos critérios avaliativos (MACAGNO; WALTON, 2014, capítulo 5). A depender da seleção das circunstâncias ou dos aspectos do estado-de-coisas, a avaliação pode modificar-se (ENTMAN, 1993; DRUCKMAN, 2002; LAKOFF, 2010). Por exemplo, assassinar um homem para salvar a vida de outros pode ser sustentado por um raciocínio prático a partir de valores, na medida em que isso consiste em uma instância de “salvar vidas”. Entretanto, tal argumento pode falhar se outras circunstâncias e outros valores forem considerados.

7 Uma Abordagem Modular para o Raciocínio Prático

As três etapas de raciocínios envolvidos no raciocínio prático, ou melhor, os grupos de esquemas argumentativos que representam distintas razões para tipos distintos de conclusões (finais ou intermediárias) que podem ser desafiadas, constituem blocos de construção que podem ser utilizados tanto para a análise quanto para a produção de argumentos em defesa de escolhas ou de decisões. Na aplicação do método proposto neste artigo, os três tipos de esquemas devem ser combinados para fornecer uma descrição aprofundada da estrutura argumentativa. Especificamente, nós podemos associar os três grupos de esquemas a três níveis de análise inter-relacionados, que abarcam do nível menos complexo (com menor especificidade e maior granularidade) até o nível mais profundo.

1. *Nível 1*: o primeiro e mais simples dos níveis de análise é constituído pela justificação de uma ação, o que inclui o esquema de raciocínio prático, o esquema a partir de consequências e o esquema a partir de regras. Neste nível, apenas a relação entre uma avaliação (ou classificação) e a escolha de uma ação é considerada. Ao distinguir os diferentes esquemas utilizados, é possível delinear os tipos de crítica possíveis, em especial se é necessário investigar ou questionar a avaliação invocada ou a classificação pressuposta.
2. *Nível 2*: neste nível, representam-se a avaliação das distintas alternativas (no caso do esquema de raciocínio prático) e as consequências de uma ação. Ao distinguir um esquema a partir de consequências para avaliação de um argumento a partir valores, é possível depreender o tipo de crítica que pode ser levantado. Um esquema a partir de consequências para avaliação pode ser questionado ao se considerar os efeitos colaterais ou outras relações causais, além da qualidade do estado-de-coisas resultante. Por sua vez, a qualidade do estado-de-coisas resultante pode ser avaliada por um argumento a partir de valores. Um argumento a partir de valores representa a avaliação em si, baseada nas razões que um agente dispõe para conceber um estado-de-coisas como desejável ou não, com base em hierarquias de valores pessoais ou culturais (PERELMAN; OLBRECTHS-TYTECA, 1951).

3. *Nível 3*: este é o nível de análise mais profundo e representa o raciocínio classificatório pressuposto pela avaliação. O estado-de-coisas necessita ser classificado de um certo modo a fim de tornar-se uma premissa em um esquema a partir de regras, em um esquema a partir de consequências ou em um esquema a partir de valores.

Os três níveis e seus respectivos esquemas podem ser utilizados para evidenciar a estrutura genérica de argumentos pró e contra determinada ação, ou para desvelar os valores ou as classificações mais profundas subjacentes a uma escolha ou a um conflito de opinião. Nessa perspectiva, esquemas argumentativos são concebidos como módulos que atuam como blocos de construção de um argumento. De forma isolada, podem fornecer uma representação global da estrutura argumentativa; entretanto, uma análise detalhada e detida pode ser alcançada pela combinação dos blocos de modo a desenvolver um quadro mais completo das premissas tácitas e dos argumentos subjacentes (implícitos ou parcialmente explícitos).

8 Aplicando a Abordagem Modular

Nesta seção, analisamos dois exemplos reais – retirados das falas de Putin e de Obama, em 2015, acerca da intervenção na Síria – a fim de apresentar como os esquemas argumentativos podem fornecer blocos de construção para a análise de argumentações práticas.

Nas discussões de 2015 entre os Estados Unidos da América e a Rússia sobre a situação política da Síria e os possíveis papéis dos dois países, as posições distintas de Putin (apoiando Assad na luta contra o Estado Islâmico) e de Obama (apoiando o início de uma transição política com a saída de Assad e, então, intervindo) são sustentadas por distintos argumentos, que foram apresentados da seguinte maneira³:

³ Putin and Obama Have Profound Differences on Syria. Editorial, *The new York Times*, 28 set. 2015. Extraído de: <http://www.nytimes.com/2015/09/29/opinion/putin-and-obama-have-profounddifferences-on-syria.html>. Acesso em: 20 nov. 2017. Fabrizio Macagno gostaria de agradecer seus colegas do ArgLab pela sugestão desse caso interessante, que foi utilizado para discussão em nossos seminários permanentes.

Argumento 1

Excerto traduzido	Excerto original
O sr. Putin disse que foi um “grande erro se recusar a cooperar com o governo sírio e com suas forças armadas, que estão valentemente lutando contra o terrorismo face a face”, ignorando, convenientemente, o fato de o principal alvo do sr. Assad sempre ter sido sua oposição nacional, e não o Estado Islâmico. Ele construiu o Sr. Assad como uma força em prol da estabilidade e afirmou que a única solução “é restaurar o Estado onde Ele fora destruído”.	Mr. Putin said it was “an enormous mistake to refuse to cooperate with the Syrian government and its armed forces, who are valiantly fighting terrorism face-to-face,” conveniently ignoring the fact that Mr. Assad’s main target has always been his domestic opposition, not the Islamic State. He portrayed Mr. Assad as a force for stability and said the only solution “is to restore their statehood where it has been destroyed.”

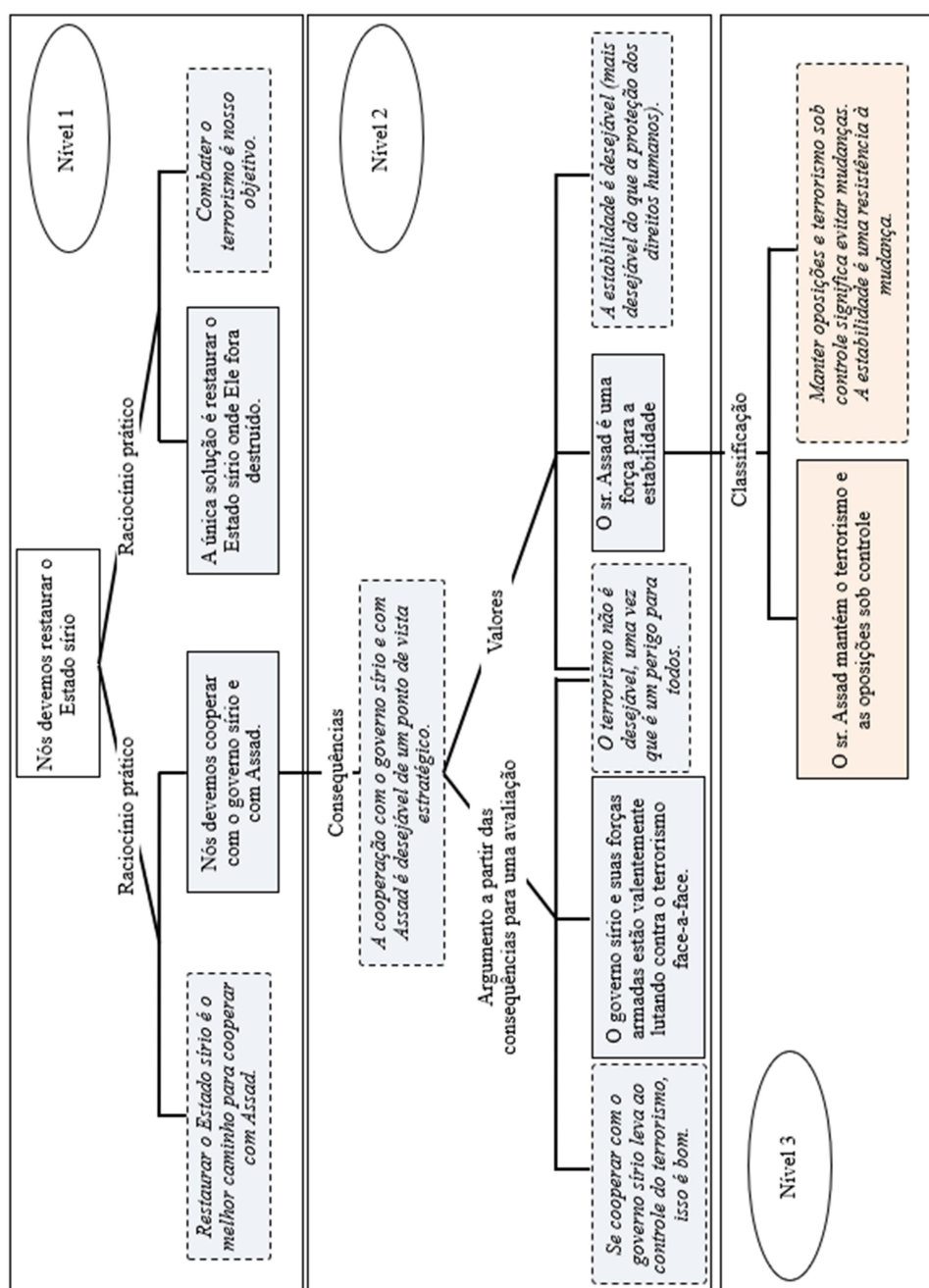
A representação desse argumento encontra-se na Figura 2.

Esse diagrama representa o argumento de Putin a favor do apoio ao regime de Assad como uma combinação de esquemas argumentativos. No nível mais superficial (Nível 1), o argumento pode ser analisado como um esquema ligado de raciocínio prático, no âmbito do qual um dos nós se encontra ancorado em um esquema a partir de consequências. O nível 2 representa o raciocínio complexo que leva à avaliação da cooperação com Assad, que é ancorada em um argumento a partir de valores (estabilidade é desejável) e em um esquema a partir de consequências para avaliação (se algo leva à estabilidade, esse algo é desejável). Nesse nível, é possível detectar valores implícitos e hierarquias de valores subjacentes à avaliação, uma vez que “estabilidade” não pode ser avaliada separadamente de outros valores que são violados pelo governo de Assad. O Nível mais profundo é o 3, que representa a classificação do resultado das repressões de Assad como uma instância de “estabilidade”. O esquema argumentativo de classificação permite evidenciar a definição problemática do que seria “estabilidade” (resistência a mudanças *versus* situação de ausência de mudanças) e, de forma mais relevante, a omissão de outros elementos (oposição interna, violação dos direitos humanos, etc.) que retiraria a avaliação positiva desse conceito.

Esse tipo de análise permite reconstruir os argumentos implícitos e, sobretudo, as premissas que são pressupostas, tais como os valores específicos e a hierarquia de valores utilizados para a avaliação e para a definição dos termos recrutados para a classificação das políticas de Assad. Ao

estabelecer os diferentes esquemas utilizados, é possível detectar os passos argumentativos mais questionáveis e atacá-los com perguntas críticas específicas ou com contra-argumentos, apontando premissas que podem ser refutadas por possíveis críticas específicas.

Figura 2 – Reconstrução modular do raciocínio prático de Putin



A análise acima também permite representar em detalhes a réplica de Obama, que visa a minar o argumento de classificação de Putin (parte inferior do nível 2 da Figura 2).

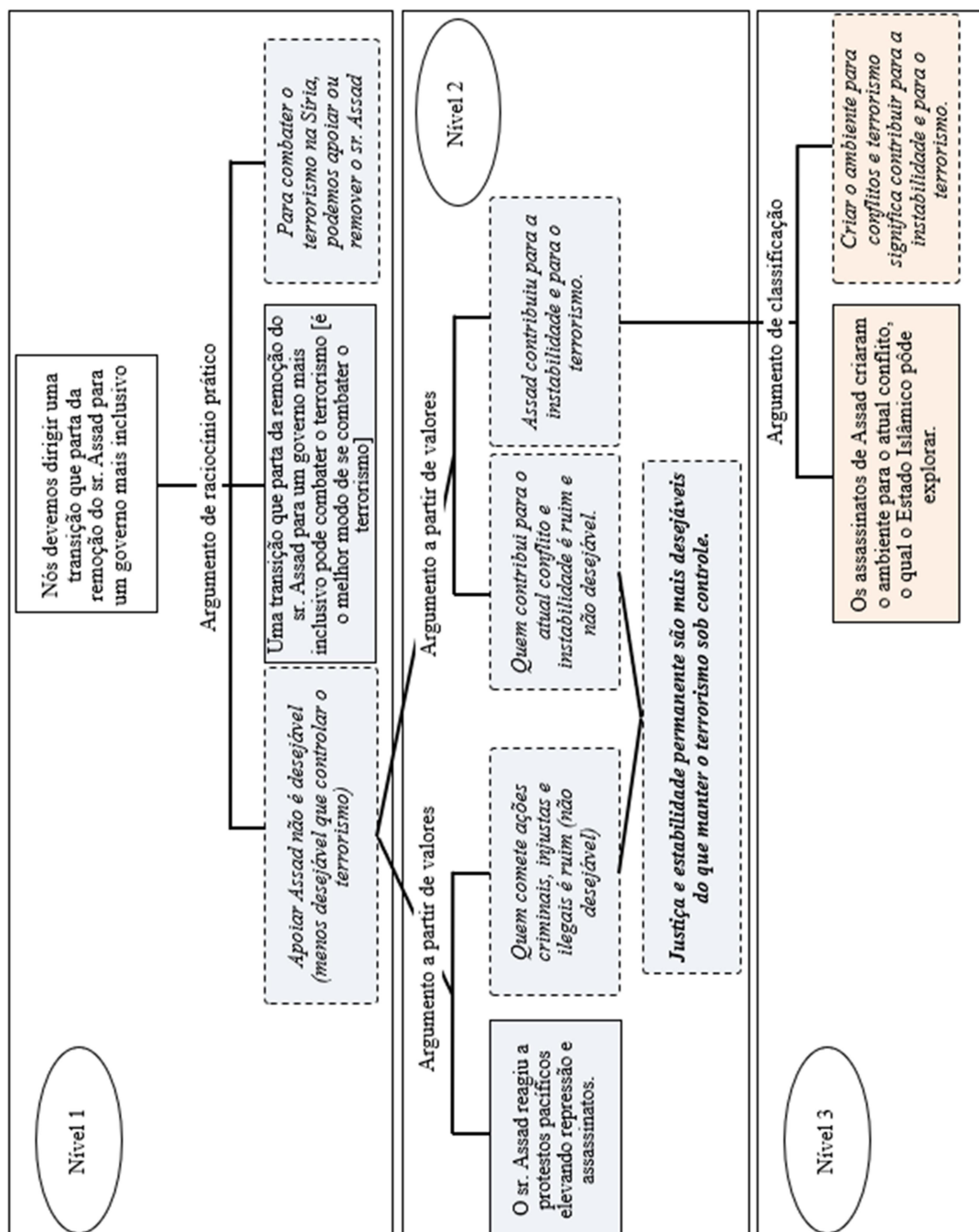
Argumento 2

Excerto traduzido	Excerto original
<p>O Sr. Obama, acertadamente, argumentou que, em 2011, o Sr. Assad “reagiu a protestos pacíficos elevando a repressão e os assassinatos, o que, por sua vez, criou a base para o atual conflito”, o qual o Estado Islâmico pôde explorar. Ele disse que o Sr. Assad e seus aliados “não podem simplesmente pacificar a grande maioria da população que foi brutalizada com armas químicas e bombardeios indiscriminados”, e o Sr. Obama reiterou seu chamado por uma “transição dirigida”, que parte da remoção do Sr. Assad em direção a um governo mais inclusivo.</p>	<p>Mr. Obama correctly argued that in 2011 Mr. Assad “reacted to peaceful protests by escalating repression and killing that, in turn, created the environment for the current strife,” which the Islamic State has been able to exploit. He said Mr. Assad and his allies “cannot simply pacify the broad majority of a population who have been brutalized by chemical weapons and indiscriminate bombing,” and Mr. Obama reiterated his call for a “managed transition” away from Mr. Assad to a more inclusive government.</p>

A figura 3 representa a mesma abordagem modular para a análise do argumento. O esquema de raciocínio prático (na parte superior do diagrama) consiste no Nível 1 de análise, que se configura em um contra-argumento ao argumento de Putin. Nesse nível, Obama mina o raciocínio prático de Putin ao apontar que a solução de apoiar Assad não é moralmente justificada.

Na figura 3, o Nível 2 apresenta argumentos a partir de valores ligados, ancorados em uma hierarquia de valores que é representada na caixa pontilhada sob as duas premissas de valores. Esse argumento conjunto fornece as razões para a premissa supramencionada de argumento prático. O Nível 3 de análise evidencia a classificação que subjaz à categorização de Obama sobre Assad como um “elemento de instabilidade”, o ponto de partida para a avaliação do Nível 2, que se baseia nas ações cometidas pelo líder sírio e em suas consequências em termos do crescimento do terrorismo.

Figura 3 – Reconstrução modular da réplica de Obama ao argumento de Putin



Esse tipo de abordagem modular permite a reconstrução das premissas que podem ser consideradas a fonte implícita de desacordos profundos. O primeiro aspecto que pode ser observado é a presença de uma premissa de

hierarquia implícita no argumento de Obama, que não se mostra necessária para a reconstrução do argumento de Putin. Putin fornece uma avaliação baseada em um único elemento (contribuição no controle do terrorismo), sem mencionar ou mesmo assumir outros fatores refutativos partilhados (violação dos direitos humanos). A reconstrução do argumento de Obama revela uma estratégia dupla. Em primeiro lugar, é possível detectar um apelo à justiça (além da estabilidade), que é apresentado como mais válida do que uma estabilidade temporária (controle do terrorismo). Em segundo lugar, a análise revela uma contra-classificação sobre Assad, que é definido como uma das causas da instabilidade e do terrorismo. Essa classificação não anula diretamente a classificação e Putin, mas a qualifica. Ao incluir esse argumento no argumento implícito de classificação de Putin, não se pode concluir que Assad seja uma força em prol da *estabilidade permanente*, uma vez que ele mesmo causou instabilidade. Ele pode ser considerado apenas como uma força para um controle temporário do terrorismo. As premissas implícitas reconstruídas possibilitam explicitar as bases do desacordo, assim como individualizar as possibilidades e os alvos de possíveis discussões metadialógicas.

As análises dos argumentos 1 e 2 apresentadas nas figuras 2 e 3 ilustram como a abordagem modular funciona para evidenciar tanto presunções quanto estruturas subjacentes quem pode não ser óbvias. Na parte superior da figura 3, identificamos dois argumentos ligados, cada um consistindo em uma instância do esquema instrumental básico de raciocínio prático. No nível imediatamente inferior, observamos como o esquema a partir de consequências está ligado à instância do raciocínio prático apresentado à esquerda. No nível seguinte, depreendemos como ambos – tanto o argumento a partir de consequências para avaliação, quanto o argumento a partir de valores – são partes adicionais à estrutura modular da argumentação geral. No nível mais baixo, depreendemos como o argumento de classificação é utilizado como apoio a uma das premissas do argumento a partir de valores apresentado logo acima.

Na parte superior da figura 3, observamos, novamente, uma instância do esquema instrumental de raciocínio prático. Entretanto, no nível abaixo, identificamos duas instâncias de argumento a partir de valores sustentando uma única premissa do esquema instrumental de raciocínio prático. Nessa

estrutura argumentativa convergente, revela-se que duas instâncias separadas de argumento a partir de valores estão conectadas ao esquema instrumental de raciocínio prático apresentado no nível superior. Essa estrutura poderia ter sido modelada a partir do esquema argumentativo de raciocínio prático baseada em valores, porém, ao aplicar a abordagem modular, que separa os dois argumentos a partir de valores do argumento principal de raciocínio prático, torna-se possível evidenciar como cada esquema consiste em uma parte de toda uma estrutura de argumentação mais geral. Por fim, na parte inferior direita, depreendemos como o argumento de classificação forma uma estrutura argumentativa ligada que sustenta uma das premissas do argumento a partir de valores mais à direita.

Ao esmiuçar a estrutura de toda a sequência argumentativa em seus componentes atômicos, conseguimos revelar, nos exemplos, como os valores argumentativos sustentam as argumentações práticas básicas e como os argumentos de classificação, por sua vez, embasam os argumentos a partir de valores. Essas conexões implícitas tornam-se explícitas por meio do uso da ferramenta de diagramação do argumento. Esse exercício pode ser instrutivo para um iniciante nos estudos em argumentação observar como cada componente argumentativo pode ser avaliado individualmente por meio de perguntas críticas direcionadas a cada um desses esquemas argumentativos.

Conclusões

Propomos neste texto uma abordagem para a formalização e para a representação de esquemas de raciocínio prático dentro de um modelo de Comprometimento que supera as limitações das abordagens existentes. Os modelos tradicionais de BDI combinam diferentes padrões inferenciais de argumentação em um grande e emaranhado pacote, combinando valores e intenções em um raciocínio prático, que acabam por impedir o desenvolvimento de uma ferramenta argumentativa útil. A abordagem VBPR para o raciocínio prático falha na distinção e na clareza em representar todas as distintas etapas inferenciais necessárias para justificar uma conclusão prática. A abordagem modular apresenta vantagens ao evidenciar, de modo produtivo, diferentes tipos de inferências utilizados em apoio um curso de

ação. A abordagem modular revela como abordar o raciocínio de nível meta utilizado na justificativa de uma avaliação.

O modelo que propomos é definido como modular no sentido de representar a complexidade de argumentações de raciocínio prático por meio da combinação de distintos esquemas argumentativos. A partir dos dois exemplos, nós exploramos, por meio da combinação de três tipos (ou grupos) distintos de esquemas argumentativos, a complexidade do raciocínio prático utilizado em argumentações reais e como a abordagem modular permite revelá-la. O primeiro grupo de argumentos é voltado a justificar o curso de ação, e inclui três esquemas (o esquema de raciocínio prático, o esquema a partir de consequências e o esquema a partir de valores). O segundo grupo diz respeito à avaliação do estado-de-coisas e é composto pelo esquema a partir de valores e pelo esquema a partir de consequências para avaliação. O último grupo de argumentos representa a classificação do estado-de-coisas, ou seja, a seleção de características relevantes para uma avaliação. Os três grupos de esquemas argumentativos estão inter-relacionados, uma vez que um curso de ação só pode ser justificado pela pressuposição de uma avaliação, que, por sua vez, pressupõe uma classificação. Nesse sentido, a análise é modular, uma vez que cada tipo de esquema se volta a uma dimensão específica – os “níveis” – do complexo argumentativo e contribui para a descrição detalhada da argumentação.

Os dois exemplos analisados na seção 8 deixam claro como esquemas a partir de valores podem estar conectados ao raciocínio prático básico em exemplos reais e como esquemas de classificação são conectados a esquemas a partir de valores. Como apresentamos nos exemplos, as conexões implícitas tornam-se explícitas por meio da diagramação do argumento, de modo que cada argumento do módulo pode ser avaliado individualmente por meio de perguntas críticas compatíveis aos esquemas argumentativos.

A abordagem modular pode ser utilizada para representar as premissas implícitas que consistem em fontes de desacordo profundo. Os esquemas interconectados evidenciam a ordenação implícitas de valores e de preferências, e, de forma mais detida, das premissas classificatórias pressupostas (FINLAYSON. 2007), que constituem as fontes mais veladas e profundas de desacordo (NAESS, 1966, p. 92-93). O enquadramento do

estado-de-coisas consiste na seleção de dimensões e aspectos que o agente opta em tornar disponível para o interlocutor (MACAGNO; WALTON, 2008b; WALTON; MACAGNO, 2009), e, desse modo, tornam-se premissas a partir das quais a justificação de um curso de ação relevante pode ser discutido e racionalmente avaliado (MARCH, 1991).

Os seis tipos de esquemas explorados neste trabalho expõem a estrutura argumentativa do raciocínio prático em exemplos reais, permitindo ao analista explicitar as premissas tácitas pressupostas na avaliação detalhada das etapas envolvidas. Além disso, esses esquemas permitem que o usuário selecione o nível de granularidade que pode ser pensado em termos de níveis de análise. Em outras palavras, um argumento pode ser descrito em diferentes níveis de granularidade, desde uma justificação genérica de um curso de ação, passando por uma justificação baseada em uma avaliação, até mesmo uma justificação ancorada em uma avaliação resultante de uma classificação do estado-de-coisas. O mais importante, no entanto, é que a utilização do método modular permite a um analista da argumentação detectar e criticar os pontos fracos em uma cadeia argumentativa complexa e, assim, realizar as perguntas críticas específicas aplicáveis a aspectos controversos de cada componente.

Referências

ANDRIESSEN, Jerry; BAKER, Michael; SUTHERS, Dan (org.). **Arguing to Learn: Confronting Cognitions in Computer-Supported Collaborative Learning Environments**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2003.

AQUINO, Santo Tomás. **On Evil**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ARISTÓTELES. Nichomachean Ethics. In: ARISTÓTELES **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, v. 2, 1991a.

_____. Rhetoric. In: ARISTÓTELES **The complete work of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, v. 1, 1991b.

_____. Topics. In: ARISTÓTELES **The complete works of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, v. 1, 1991c.

ATKINSON, Katie; BENCH-CAPON, Trevor. Practical reasoning as presumptive argumentation using action based alternating transition systems. **Artificial Intelligence**, v. 171, n. 10-15, p. 855-874, 2007.

ATKINSON, Katie; BENCH-CAPON, Trevor; MCBURNEY, Peter. Computational representation of practical argument. **Synthese**, v. 152, p. 157-206.

AUDI, Robert. Reasons, practical reason, and practical reasoning. **Ratio**, v. 17, p. 119-149, 2004.

_____. **Practical reasoning and ethical decision**. London: Routledge, 2006.

BENCH-CAPON, Trevor. Agreeing to differ: Modelling persuasive dialogue between parties without a consensus about values. **Informal Logic**, v. 22, p. 231-245, 2003.

_____. Persuasion in practical argument using value-based argumentation frameworks. **Journal of Logic and Computation**, v. 13, p. 429-448, 2003b.

BEYSSADE, Claire; MARANDIN, Jean-Marie. Commitment: Une attitude. **Langue française**, v. 162, p. 89-107, 2009.

BOWLIN, John. **Contingency and fortune in Aquinas's ethics**. New York: Cambridge University Press, v. 6, 1999.

BRATMAN, Michael. **Intention, plans, and practical reason**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

_____; ISRAEL, David; POLLACK, Martha. Plans and resource-bounded practical reasoning. **Computational Intelligence**, v. 4, p. 349-355, 1988.

BROCKRIEDE, Wayne; EHNINGER, Douglas. **Decision by debate**. New York: Dodd, Mead & Co., 1963.

BRUN, Georg.; BETZ, Gregor. Analysing practical argumentation. In: HANSSON, Sven Ove; HADORN, Gertrude Hirsch (org.) **The argumentative turn in policy analysis**. Cham: Springer, 2016. p. 39-77.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James. Framing theory. **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 103-126, 2007.

DRUCKMAN, James. The implications of framing effects for citizen competence. **Political Behavior**, v. 23, p. 225-256, 2002.

DRYZEK, John. **Foundations and frontiers of deliberative governance**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ELSTER, John. Introduction. In: ELSTER, J. **Deliberative**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 1-18.

ENGEL, Pascal (org.). **Believing and accepting**. Amsterdam: Springer, 2000.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, p. 51-58, 1993.

FAIRCLOUGH, Isabella; FAIRCLOUGH, Norman. **Political discourse analysis: A method for advanced students**. London: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis and critical policy studies. **Critical Policy Studies**, v. 7, p. 177-197, 2013.

FELTON, Mark; GARCIA-MILA, Merce; GILABERT, Sandra. Deliberation versus dispute: The impact of argumentative discourse goals on learning and reasoning in the science classroom. **Informal Logic**, v. 29, p. 417-446, 2009.

FINLAYSON, Alan. From beliefs to arguments: Interpretive methodology and rhetorical political analysis. **The British Journal of Politics & International Relations**, v. 9, p. 545-563, 2007.

GARCIA-MILA, Merce.; GILABERT, Sandra; ERDURAN, Sibel; FELTON, Mark. The effect of argumentative task goal on the quality of argumentative discourse. **Science Education**, p. 497-523, 2013.

GEURTS, Bart. **Presuppositions and pronouns**. Oxford: Elsevier, 1999.

_____. Presupposition and givenness. In: HUANG, Yan (org.). **Oxford Handbook of Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 180-198.

GOLDBERG, Tsafirir; SCHWARZ, Baruch. Harnessing emotions to deliberative argumentation in classroom discussions on historical issues in multi-cultural contexts. **Frontline Learning Research**, v. 4, p. 7-19, 2016.

GREENWOOD, Katie; BENCH-CAPON, Trevor; MCBURNEY, Peter. Towards a computational account of persuasion in law. **Proceedings of the 9th international conference on Artificial Intelligence and law**. New York: ACM. 2003. p. 22-31.

GRENNAN, Wayne. **Informal logic**. Montreal, QC: McGill-Queen's University Press, 1997.

HAMBLIN, Charles Leonard. **Fallacies**. London: Methuen, 1970.

_____. Mathematical models of dialogue. **Theoria**, v. 37, p. 130-155, 1971.

HITCHCOCK, David. **On reasoning and argument**: Essays in informal logic and on critical thinking. Cham: Springer, 2017.

KOCK, Christian. Multidimensionality and non-deductiveness in deliberative argumentation. In: VAN EEMEREN, Frans et al. (org.) **Anyone has a view**: Theoretical contributions to the study of argumentation. Dordrecht: Springer, 2003. p. 157-171.

KOCK, Christian. Dialectical obligations in political debate. **Informal Logic**, v. 27, p. 223-247, 2007a.

_____. Is practical reasoning presumptive? **Informal Logic**, v. 27, p. 91-108, 2007b.

KUHN, Deanna; HMBERGER, Laura; KHAIT, Valerie. **Argue with me**: Argument as a path to developing students' thinking and writing. New York: Wessex Press, 2014.

LAKOFF, George. Why it matters how we frame the environment. **Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture**, New, v. 4, p. 70-81, 2010.

LINDGREN, Elina; NAURIN, Elin. Election pledge rhetoric: Selling policy with words. **International Journal of Communication**, v. 11, p. 2198-2219, 2017.

MACAGNO, Fabrizio. Defaults and inferences in interpretation. **Journal of Pragmatics**, p. 280-290, 2017.

_____; MAYWEG-PAUS, Elisabeth; KUHN, Deanna. Argumentation theory in education studies: Coding and improving students' argumentative strategies. **Topoi**, v. 34, p. 523-537, 2015.

_____; WALTON, Douglas. Persuasive definitions: Values, meanings and implicit. **Informal Logic**, v. 28, p. 203-228, 2008a.

_____; WALTON, Douglas. The argumentative structure of persuasive definitions. **Ethical Theory and Moral Practice**, v. 11, p. 525-549, 2008b.

_____; WALTON, Douglas. **Emotive language in argumentation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

_____; WALTON, Douglas. Classifying the patterns of natural languages. **Philosophy and Rhetoric**, v. 48, p. 26-53, 2015.

_____; WALTON, Douglas. **Interpreting straw man argumentation. The pragmatics of quotation and reporting**. Amsterdam: Springer, 2017.

MARCH, James. How decisions happen in organizations. **Human-Computer Interaction**, v. 6, p. 95-117, 1991.

MAYWEG-PAUS, Elisabeth; MACAGNO, Fabrizio; KUHN, Deanna. Developing argumentation strategies in electronic dialogs: Is modeling effective? **Discourse Processes**, p. 280-297, 2016.

MILLGRAM, Elijah. Practical reasoning: The current state of play. In: MILLGRAM, Elijah (org.). **Varieties of practical reasoning**. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. p. 1-26.

MUIR, Star. A defense of the ethics of contemporary debate. **Philosophy & Rhetoric**, v. 26, p. 277-295, 1993.

NAESS, Arne. **Communication and argument**. London: Allen & Unwin Ltd., 1966.

NELSON, Thomas E.; OXLEY, Zoe M. Issue framing effects on belief importance and opinion. **The Journal of Politics**, v. 61, p. 1040-1067, 1999.

OLMOS, Paula. Meta-argumentation in deliberative discourse: Rhetoric. Argumentation, Objectivity and Bias: **Proceedings of the 11th International Conference of the Ontario Society for the Study of Argumentation (OSSA)**, 18-21 May 2016. Windsor, ON: Scholarship at UWindsor. 2016. p. 1-17.

PAGLIERI, Fabio; CASTELFRANCHI, Cristiano. Arguments as belief structures: Towards a Toulmin layout of doxastic dynamics? **The uses of argument proceedings of a conference at McMaster University**. Hamilton, ON: Ontario Society for the Study of Argumentation. 2005. p. 356-367.

PERELMAN, Chaïm. Le raisonnement pratique. In: KLIBANSKY, Raymond (org.) **Contemporary philosophy – A survey**. Firenze: La Nuova Italia, 1968. p. 168-176.

_____; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Act and person in argument. **Ethics**, v. 61, p. 251-269, 1951.

RAPANTA, Chrysi; GARCIA-MILA, Merce; GILABERT, Sandra. What is meant by argumentative competence? An integrative review of methods of analysis and assessment in education. **Review of Educational Research**, v. 83, p. 483-520, 2013.

_____; MACAGNO, Fabrizio. Argumentation methods in educational contexts: Introduction to the special issue. **International Journal of Educational Research**, v. 79, p. 142-149, 2016.

RAZ, Joseph. (Org.). **Practical reasoning**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

_____. **From normativity to responsibility**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

RICHARDSON, Henry S. **Practical reasoning about final ends**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RIGOTTI, Eddo. Locus a causa finali. **L'analisi linguistica e letteraria**, v. 2, p. 559-576, 2008.

ROBINS, Michael. Practical reasoning, commitment and rational action. **American Philosophical Quarterly**, v. 21, p. 55-68, 1984a.

_____. **Promising, intending and moral autonomy**. New York: Cambridge University Press, 1984b.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Artificial intelligence: A modern approach**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1995.

SCHIAPPA, Edward. Constructing reality through definitions: The politics of meaning. A lecture presented for the Center for Interdisciplinary Studies of Writing and the Composition, Literacy, and Rhetorical Studies Minor. **Speakers series**, v. 11, 1998.

_____. **Defining reality. Definitions and the politics of meaning**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2003.

SCHWARZ, Baruch.; BAKER, Michael. **Dialogue, argumentation and education: History, theory and practice**. New York: Cambridge University Press, 1998.

SEARLE, John. Desire, deliberation and action. In: VANDERVEKEN, Daniel (org.). **Logic, thought and action**. Amsterdam: Springer, 2005. p. 49-87.

SEGERBERG, Krister. A topological logic of action. **Studia Logica**, v. 43, p. 415-419, 1984.

SNIDERMAN, Paul M.; THERIAULT, Sean M. The structure of political argument and the logic of issue framing. In: SARIS, Willem; SNIDERMAN, Paul (org.). **Studies in public opinion: Attitudes, nonattitudes, measurement error, and change**. Princeton: Princeton University Press, 2004. p. 133-165.

STALNAKER, Robert. **Inquiry**. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

STOUTLAND, Frederick. Von Wright. In: O'CONNOR, Timothy; SANDIS, Constantine. **A companion to the philosophy of action**. Malden: Wiley, 2010. p. 589-597.

TEMKIN, Larry. **Rethinking the good: Moral ideals and the nature of practical reasoning**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

VAN DER WEIDE, Thomas. et al. Practical reasoning using values: Giving meaning to values. In: MCBURNEY, Peter et al. (org.) **Proceedings of the 6th international workshop on argumentation in multi-agent systems**. Berlin: Springer. 2009. p. 79-93.

VAN EEMEREN, Frans. The pragma-dialectical method of analysis and evaluation. In: _____ (Org.). **Reasonableness and effectiveness in argumentative discourse: Fifty contributions to the development of Pragma-dialectics**. Cham: Springer, 2015. p. 521-542.

_____; GROOTENDORST, Rob. **A systematic theory of argumentation: The pragmadialectical approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____; GROOTENDORST, Rob. **Argumentation, communication and fallacies**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1992.

VON AUFSCHNAITER, Claudia. et al. Arguing to learn and learning to argue: Case studies of how students' argumentation relates to their scientific knowledge. **Journal of Research in Science Teaching**, v. 45, n. 1, p. 101-131, 2008.

VON WRIGHT, Georg. **The varieties of goodness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1963.

_____. On so-called practical inference. **Acta Sociologica**, v. 15, p. 39-53, 1972.

WALTON, Douglas. **Practical reasoning**. Savage, MD: Rowman and Littlefield, 1990.

_____. **Slippery slope arguments**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

_____. **Goal-based reasoning for argumentation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

_____. The three bases for the enthymeme: A dialogical theory. **Journal of Applied Logic**, v. 6, p. 361-379.

_____; KRABBE, Erik. **Commitment in dialogue**. Albany: State University of New York Press, 1995.

_____; MACAGNO, Fabrizio. Reasoning from classifications and definitions. **Argumentation**, v. 23, p. 81-107, 2009.

_____; MACAGNO, Fabrizio. A classification system for argumentation schemes. **Argument and Computation**, p. 219-245, 2015a.

_____; MACAGNO, Fabrizio. Importance and trickiness of definition strategies in legal and political argumentation. **Journal of Politics and Law**, v. 8, p. 137, 2015b.

_____; MACAGNO, Fabrizio. Profiles of dialogue for relevance. **Informal Logic**, v. 36, p. 523, 2016.

_____; REED, Chris. Argumentation schemes and enthymemes. **Synthese**, p. 339-370, 1995.

_____; REED, Chris; MACAGNO, Fabrizio. **Argumentation schemes**. New York: Cambridge University Press, 2008.

_____; TONIOLO, Alice; NORMAN, Timothy J. Towards a richer model of deliberation dialogue: Closure problem and change of circumstances. **Argument & Computation**, v. 7, p. 155-173, 2016.

WESTBERG, Daniel. **Right practical reason: Aristotle, action, and prudence in Aquinas**. Oxford: Clarendon Press, 2016.

WOOLDRIDGE, Michael. **An introduction to multiagent systems**. Chichester: Wiley, 2009.

Tradução:

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Docente pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)

Gabriel Isola-Lanzoni

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)

Lucas Pereira da Silva

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)

Winola Weiss Pires Cunha

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)

Forma de citação sugerida

MACAGNO, Fabrizio; WALTON, Douglas. Argumentos de raciocínio prático: uma abordagem modular. Tradução: Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, Gabriel Isola-Lanzoni, Lucas Pereira da Silva e Winola Weiss Pires Cunha. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 19, p. 140-184, ago.2019. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-19-2448](https://doi.org/10.17648/eidea-19-2448).